

28 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, «a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

Melides, 30 de Novembro de 2009. — O Presidente da Junta, *Manuel da Silva Barreiros Araújo*.

302712369

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ANADIA

Aviso n.º 23339/2009

Para os devidos efeitos torna-se público que, por deliberação do conselho de administração destes Serviços Municipalizados, datada de 20 de Novembro de 2009, foi celebrado com Joaquim António de Almeida Cardoso, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos desde 01 de Dezembro de 2009, para o exercício de funções de Técnico Superior, com a remuneração mensal ilíquida de € 1201,48, correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, da carreira de Técnico Superior. O Contrato em questão foi celebrado ao abrigo

do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, em conjugação com as normas legais previstas na Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

Serviços Municipalizados de Anadia, 01 de Dezembro de 2009. — O Presidente do Conselho de Administração, *Prof. Litério Augusto Marques*.

302702819

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso n.º 23340/2009

Torna-se público que, o Conselho de Administração destes Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, na sua reunião de 25 de Novembro de 2009, deliberou, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º-B, do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, renovar por confirmação a comissão de serviço do actual titular do cargo de Director Delegado, destes Serviços Municipalizados, Eng.º Vitor Manuel Rodrigues Santos Moreira, pelo período de tempo que falta para o cumprimento do triénio que se encontra a decorrer.

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 7 de Dezembro de 2009. — O Presidente do Conselho de Administração, *Francisco Vale Antunes*.

302678296



PARTE J1

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Instituto Nacional de Saúde Doutor
Ricardo Jorge, I. P.

Aviso n.º 23341/2009

Procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Gestão de Recursos Técnicos

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, faz-se público que por despacho do Presidente do Conselho Directivo de 27 de Julho de 2009, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da presente publicação, procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Gestão de Recursos Técnicos.

2 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Conteúdo funcional — atento o artigo 45.º do Regulamento de Organização e Funcionamento do INSA, I. P., publicado em anexo ao Despacho Normativo n.º 15/2009, de 7 de Abril, à Direcção de Recursos Financeiros compete assegurar a gestão, administração e desenvolvimento dos serviços de apoio à investigação, onde se inserem a biblioteca, biotério, sector de apoio laboratorial, sector de contratualização, sector de informática e telecomunicações e de instalações e equipamentos, em conjugação com o previsto no n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto e 64-A/2008 de 31 de Dezembro.

4 — Requisitos de Provimento — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os candidatos terão que reunir os seguintes requisitos:

- Possuir contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Possuir licenciatura;

c) Possuir competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo que reúnam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

5 — Perfil pretendido — O candidato deverá obrigatoriamente possuir:

- Formação e Experiência comprovada em gestão, engenharia ou outra no âmbito das tecnologias e sistemas de informação;
- Capacidade de liderança e dinamização de equipas;
- Experiência de coordenação de equipas multidisciplinares;
- Experiência comprovada nas áreas funcionais do cargo a prover;

6 — Local e condições de trabalho — O trabalho será desenvolvido no Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P., sito na Avenida Padre Cruz, 1649-016, em Lisboa. As condições de trabalho e as regalias sociais são as vigentes para o cargo posto a concurso.

7 — Método de selecção — Os métodos de selecção a utilizar serão:

- Avaliação curricular;
- Entrevista Pública.

8 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista pública, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa constam da Acta n.º 1 do presente procedimento concursal, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

9 — Formalização das candidaturas — Os interessados deverão, no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da publicação do presente aviso, enviar requerimento dirigido ao Presidente do INSA, I. P., para o endereço referido no ponto 6 do presente aviso, ou entregar no Sector de Expediente Geral, das 9h30 às 16h30.

9.1 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- Nome;
- Data de nascimento;
- Bilhete de Identidade (número, data e serviço de identificação que o emitiu);
- Residência (morada completa, com código postal e número de telefone);
- Habilitações literárias;
- Categoria, serviço e local onde desempenha funções;
- Identificação do procedimento concursal a que se candidata, bem como o *Diário da República* em que foi publicado o respectivo aviso.